



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA

ATA DA 339ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA

1
2
3
4 Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois,
5 às treze horas e trinta minutos, no auditório do Hospital Drº
6 Eulalino Ignácio De Andrade (HZS), após a constatação do quórum
7 mínimo necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal
8 De Saúde De Londrina para a trecentésima trigésima nona reunião
9 ordinária do CMS, tendo como pauta: *1. Análise e Aprovação da*
10 *Pauta da 339ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata da*
11 *337ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;*
12 *2. Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos*
13 *meses maio e junho/2022- Sandra Silva; 3. Discussão da LOA- Lei de*
14 *Orçamento Anual; 4. Fluxo dos Atendimentos UPA's, PAI, SAMU-*
15 *Cleiton; 5. Cronograma das Avaliações de Contrato-Dra.*
16 *Andressa; 6. 15ª Conferencia Municipal de Saúde- Sugestão de*
17 *Data; 7. Demandas dos Conselheiros/Comissões; 8. Informes. A*
18 conselheira **Vaine Pizolotto** - 1ª vice-presidente do CMS-, assume
19 os trabalhos e coloca a pauta em apreciação. O CMS aprova a pauta
20 apresentada. Vaine da sequência aos trabalhos e coloca a ata da
21 337ª Reunião Ordinária em discussão. O conselheiro **Fernando**
22 **Marcucci** solicita que na linha 234 sua fala seja corrigida para
23 "pedido de fila de espera das principais especialidades" e não
24 "disponibilidades". O conselho aprova a ata da 337ª Reunião
25 Ordinária. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** (ISCAL) faz uso da
26 palavra para um esclarecimento a respeito de cirurgias
27 pediátricas no Hospital infantil, iniciando assim a leitura de
28 nota encaminhada pela instituição: "A equipe do Hospital
29 Infantil esclarece que a equipe médica de plantonistas da
30 cirurgia geral pediátrica, comunicou a suspensão da escala de
31 atendimento aos casos de urgência da especialidade no PS do HI,
32 a partir de 19/09/2022, por diversas questões particulares do
33 grupo de plantonistas. Importante destacar que a suspensão é
34 específica desta especialidade, as demais especialidades
35 cirúrgicas infantis como neurocirurgia, cirurgia cardíaca e
36 ortopedia, continuarão tendo os atendimentos regulares em
37 urgência e emergência e eletivos. A suspensão não afeta o
38 atendimento as cirurgias gerais, pediátricas e eletivas, que
39 continuarão sendo realizadas normalmente. A diretoria do
40 hospital tentou reverter a situação diretamente com o grupo de
41 plantonistas, porém sem sucesso até o momento". **Cantelmo** coloca
42 que esta nota foi encaminhada para os órgãos oficiais e imprensa,
43 e destaca que a questão da cirurgia pediátrica é uma
44 especialidade crítica dentro da pediatria e com raridade de



45 profissionais, e ainda está ocorrendo o afastamento de
46 profissionais antigos que não querem mais integrar a escala de
47 urgência por questões pessoais, o grupo era composto por cerca
48 de 7 cirurgiões pediátricos, dois se afastaram, sendo que estes
49 são os mesmos que estão no HEL, HU e HCL, ou seja, são poucos e
50 extremamente concorridos, então dois se afastaram, outros se
51 dividem, duas são professoras na UEM e tem uma maior carga
52 horária na cidade de Maringá, e outros, em virtude desta
53 escassez, estão pedindo valores completamente fora do mercado
54 para manter sua escala, ,mas o problema é que se fizer para um
55 tem de fazer para todos. Cantelmo prossegue e diz que há meses
56 estão ocorrendo tratativas, mas não existe nenhuma condição
57 financeira e moral de fazer os pagamentos nos valores que estão
58 sendo solicitados pelos dois cirurgiões remanescentes, mas o
59 hospital vai se empenhar, embora no presente momento todas as
60 possibilidades foram esgotadas. Não havendo questionamentos o
61 CMS passa ao ponto de pauta: *Discussão da LOA- Lei de Orçamento*
62 *Anual*. A diretora **Sandra Regina Dos Santos Silva (DGFCs)** inicia
63 a seguinte apresentação: [https://ldrv.ms/b/s!AtknpXgGwOMTj1-](https://ldrv.ms/b/s!AtknpXgGwOMTj1-NISkSSZcGd0DA?e=2CB4uX)
64 [NISkSSZcGd0DA?e=2CB4uX](https://ldrv.ms/b/s!AtknpXgGwOMTj1-NISkSSZcGd0DA?e=2CB4uX). **Sandra** encerra a apresentação e se
65 coloca à disposição para esclarecimentos. O conselheiro **Edvaldo**
66 **Viana** (Conleste) questiona se há na LOA previsão de recurso para
67 construção de uma novo CAPS e se seria preciso contrapartida do
68 estado e da união. **Sandra** responde que ações e metas fazem parte
69 da LDO e não da LOA. A diretora geral **Rosilene Machado** (SMS)
70 explica que em relação ao slide 30, primeiro se pega o valor
71 previsto de arrecadação, então são alocadas as despesas fixas,
72 se houver sobra se parte então para investimentos, por isso que
73 nos investimentos a maioria tem sido por captação de recursos,
74 como o MS tem propostas de construção de CAPS, então o que se
75 faz é deixar o mínimo de recurso, que são os do slide 30, e aí
76 se capta recursos do MS e do estado, se isso não for possível,
77 a SMS tenta uma negociação interna na PML para suplementar o
78 orçamento, caso se tenha uma arrecadação maior. O conselheiro
79 **Edvaldo Viana** pede que na próxima reunião a gestão apresente
80 relatório detalhado do recurso disponível para destinar ao CAPS
81 e o que seria de competência do município, estado e união. A
82 diretora **Rosilene Machado** diz que sem entrar em valores, a
83 contratação de mobiliário tem sido feita como contratação de
84 serviço, então não entra como capital/investimento, já a questão
85 de equipamentos utiliza o recurso de investimento, o valor que
86 o MS repassa para um CAPS gira em torno de um milhão e quinhentos
87 mil reais, mas esse montante não dá para construir, então seria
88 preciso complementar com recurso estadual ou municipal. A
89 conselheira **Nadya Pelizzari** afirma que havia dois terrenos para



90 construção de um CAPS adulto e CAPS I. A diretora **Sandra Regina**
91 **Dos Santos Silva (DGFCs)** esclarece que orçamento público não é
92 apenas apresentar a despesa e pegar o dinheiro, pelo contrário,
93 você deve colocar sua despesa dentro do dinheiro existente, no
94 caso de investimento existe a possibilidade de captação de
95 recurso tanto para a obra quanto para equipamentos, por exemplo,
96 se na captação de recurso a união disser que repassa um milhão
97 e meio para construção de CAPS e ele vai custar ao todo 4 milhões,
98 a diferença o município é que vai ter de arcar, então o orçamento
99 do município está pronto, dentro deste orçamento tem a previsão
100 do recurso da saúde, logo, é preciso levar para a administração
101 direta que a SMS precisa de mais 3 milhões para construir um
102 CAPS, aí o secretário de planejamento e secretário de fazenda
103 terão de ver de onde eles vão tirar o recurso, cancelando alguma
104 outra despesa, ou seja, ou aumenta a receita do município ou os
105 gestores precisam retirar de outra pasta. Em relação a
106 equipamentos, pode ser captado recurso do estado ou união para
107 aquisição dos equipamentos para a unidade, mas manutenção da
108 unidade e pessoal cabe apenas ao município. A diretora geral
109 **Rosilene Machado** (SMS) diz que os terrenos estão certos, um é ao
110 lado do Centro POP e outro na Rua Tanganica na zona norte, para
111 o porte 1 o valor é de 1 milhão 841 mil reais, porte 2 também,
112 o porte 3 é 2 milhões 144 mil reais, porte AD é 1 milhão 841
113 mil, o CAPS I é 1 milhão 841 mil e CAPS AD III é 2 milhões 144
114 mil reais, na época o orçamento ficou em 3 milhões e 500 mil
115 reais, mas não sabe como está agora, pois isso faz mais de 2
116 anos. O conselheiro **Edvaldo Viana** solicita que seja incluído no
117 relatório que pediu o endereço e a metragem dos dois terrenos.
118 A diretora **Sandra Regina Dos Santos Silva (DGFCs)** diz que no
119 tocante a pergunta sobre quanto seria o valor destinado aos CAPS,
120 só pode ser incluído no orçamento quando a receita já está
121 captada, então no momento não há nada para CAPS. A diretora geral
122 **Rosilene Machado** (SMS) coloca que na PAS 2023 deve ter a
123 construção do CAPS, que é o documento que consta a organização
124 das ações. O conselheiro **Edvaldo Viana** lembra que ficou pendente
125 um estudo sobre qual seria o CAPS mais pertinente para o
126 município neste momento. O conselheiro **Lincoln Ramos** diz que o
127 conselho colocou na LDO e nos demais documentos pertinentes esta
128 previsão, então espera que isso não seja esquecido, na mesma
129 lógica foi colocado sobre a necessidade de contratação de forma
130 ampla para toda a SMS, então gostaria de saber como está a
131 questão de contratação de recursos humanos. A diretora **Sandra**
132 **Regina Dos Santos Silva** responde que a despesa depende da
133 receita, então provavelmente este orçamento precisaria ser
134 suplementado, mesmo com o município colocando quase 30% das



135 receitas na saúde, então, sinceramente, não há previsão no
136 orçamento para contratação. A conselheira **Nadya Pelizzari** coloca
137 que há muitos PSS abertos e surgiu um rumor de que haverá
138 concurso público da SMS, então, gostaria de saber se isso está
139 previsto ou está dentro do gasto que está sendo feito com PSS e
140 horas extras. A diretora **Sandra Regina Dos Santos Silva** responde
141 que dentro do quadro das despesas detalhadas, há uma previsão de
142 mais de 3 milhões apenas para horas extras, visando suprir a
143 falta de pessoal, caso haja concurso vai ser preciso suplementar
144 o orçamento da saúde, pois quando é feito o projeto orçamentário
145 leva-se em consideração o que se tem de concreto, hoje o que tem
146 é o que foi apresentado. O conselheiro **Lincoln Ramos** propõe que
147 o assunto da contratação de profissionais seja remetido para
148 discussão mais aprofundada na Comissão De Instrumentos De Gestão
149 e posterior retorno do assunto ao plenário do CMS. Seguindo os
150 trabalhos é passado ao ponto de pauta "Apreciação Do Relatório
151 Quadrimestral". A diretora **Evilin Gorcks** (DPGS) inicia a
152 apresentação dos seguintes documentos:
153 <https://ldrv.ms/b/s!AtknpngxGwOMTj2gaTPI8tZsmicWX?e=c2w4xE> e
154 <https://ldrv.ms/b/s!AtknpngxGwOMTj2cgS5etO4zs-hHl?e=m6KGh2>. O
155 conselheiro **Edvaldo Viana** (Conleste) solicita uma reunião da
156 Comissão De Acompanhamento de Obras em até 15 dias, pois o Ângelo
157 já fez este pedido na semana passada e até agora não foi nada
158 foi agendado, então gostaria que fosse apresentado o relatório
159 de todas as obras que estão paradas e as que estão em andamento,
160 inclusive teve informações de que a reforma da UBS Lindóia está
161 prevista para o ano que vem, então é algo que quer discutir antes
162 de se fechar a UBS, para que a gestão informe de maneira
163 antecipada para onde irá o atendimento da unidade Lindóia, não
164 vai aceitar como foi feito das outras vezes, onde foi fechado
165 unidades da região leste e a população ficou aglomerada em outras
166 unidades, portanto, solicita que na próxima reunião seja
167 apresentado o cronograma de quando se inicia e termina a obra do
168 Lindoia e onde os usuários desta UBS serão atendidos durante a
169 reforma da unidade. A diretora **Evilin Gorcks** explica que
170 encaminhou hoje no grupo da comissão estas informações, sendo
171 ainda que na apresentação em discussão consta informações sobre
172 as obras, então se algum conselheiro quiser tirar dúvidas está
173 à disposição. Em relação a comissão de obras, o grupo tem de
174 definir uma data, depois, se houver demanda, ela pode ser trazida
175 ao conselho. Em relação ao andamento das obras, a do SAMU e da
176 maternidade estão em andamento, as obras das UBS's Vivi Xavier
177 e Lerroville foram concluídas e entregues em agosto e a obra da
178 UBS Fraternidade foi retomada e está em andamento. O conselheiro
179 **Edvaldo Viana** questiona o percentual das obras em andamento.



180 **Evilin** responde que poderá incluir esta informação futuramente,
181 mas pela data de previsão de conclusão é possível ter uma
182 estimativa, a do SAMU está com o prazo de aditivo até novembro
183 e a maternidade até dezembro. O conselheiro **Fernando Marcucci**
184 questiona se o DIU é colocado apenas na Maternidade ou também
185 nas UBS's. Fernando questiona se existe a possibilidade de
186 aumentar as equipes do SAD de três para cinco equipes, pois é
187 uma necessidade que vem sendo discutida há tempos. Fernando
188 questiona que não há o número de casos de zika e dengue no item
189 sobre as arboviroses. A diretora **Valéria Barbosa** (DAPS) responde
190 que o DIU é colocado nas UBS's pelo profissional ginecologista,
191 se não for possível, a colocação é feita também pelo profissional
192 da Policlínicas após encaminhamento da unidade, mas estas
193 informações não estão no relatório junto com as da maternidade.
194 O conselheiro **Marco Modesto** (Sindserv) diz que é preciso pensar
195 também nos trabalhadores nessa questão das reformas, por
196 exemplo, em Lerroville a previsão da reforma era de 6 meses e
197 levou 3 longos anos para entregar a obra, com os trabalhadores
198 alocados em um local sucateado, com ratos, animais peçonhentos,
199 degradante, sem condições de se trabalhar e atender a população,
200 então o Sindserv conversou com o secretário para que se coloque
201 na licitação que seja disponibilizado um local decente para o
202 serviço. **Evilin** responde que na contratação de projetos, a
203 análise feita é em relação a reforma do ambiente existente, já
204 a definição do ambiente provisório que irá ser usado para
205 atendimento à população, isso é definido pela atenção básica, a
206 qual faz uma busca na região da unidade e pede ajuda para a
207 comunidade e equipe da UBS para indicação de imóveis. Evilin
208 destaca que morou em Lerroville sua vida inteira e pode falar
209 com propriedade, trata-se de um distrito muito pequeno e que não
210 tinha outros imóveis a disposição, realmente o imóvel escolhido
211 não tinha as melhores condições, mas infelizmente era o que tinha
212 disponível naquele momento. Em relação ao prazo de 6 meses para
213 entrega da obra, infelizmente, embora a prefeitura siga o
214 planejamento e o processo licitatório, as vezes fatores externos
215 acabam influenciando, no caso em questão a primeira empresa que
216 venceu a licitação não entregou a obra, e aí foi preciso fazer
217 outra licitação devido a todas as questões burocráticas e há um
218 rito a ser seguido, aí uma segunda empresa foi contratada e ela
219 também não concluiu a obra, ou seja, todos os problemas possíveis
220 aconteceram na obra da UBS Lerroville. **Drº Eduardo** (DSCS) diz
221 que a informação sobre o DIU da maternidade foi colocada no
222 relatório em atendimento a portaria 3265/2017 do MS, sendo que
223 a maneira de inserção deste DIU é diferente dos colocados na
224 Policlínica e nas UBS's, pois ele é classificado como um DIU



225 puerperal. O conselheiro **Edvaldo Viana** diz que a seu ver a SMS
226 tem uma falha de planejamento, pois não há uma obra em Londrina
227 que não demorou pelo menos 1 ano para ser concluída, então jamais
228 vai acertar que a obra do Lindoia de 6 meses dure 2 anos, porque
229 sabe que as empresas só querem saber de pegar o serviço por mil
230 reais e depois lá no fim receber 10 mil devido a aditivos, sendo
231 que toda esta burocracia leva tempo e precisa passar por muita
232 coisa, por isso gostaria de pedir para que quando for fazer o
233 cronograma, se a obra está previstas para 6 meses, que se coloque
234 mais 8 meses em cima, pois se for atender as pessoas em outro
235 local já vai sabendo que vai ser por pelo menos 1 ano e meio e
236 não 6 meses. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta
237 "Cronograma das Avaliações de Contratos". **Dr^a Andressa** (DRAS)
238 inicia dizendo que uma lei federal com vigência até dia 30 de
239 junho, retirava dos contratos a necessidade do cumprimento das
240 metas qualitativas e quantitativas, mediante isso, as comissões
241 de avaliação foram suspensas durante este período, já que não
242 haveria desconto, porém, a auditoria in loco e todo restante
243 continuou sendo feito nestes 2 anos que a lei esteve vigente.
244 **Dr^a Andressa** apresenta o cronograma de avaliação de contratos:
245 https://1drv.ms/b/s!AtknpXgGwOMTj2l2ny3_2MUpPSJz?e=i8uu37. O
246 conselheiro **Lincoln Ramos** alerta que os conselheiros que fazem
247 parte das comissões que avaliam contratos devem ficar atentos a
248 retomada das atividades das comissões. O conselheiro **Edvaldo**
249 **Viana** questiona se algum prestador precisa de representante dos
250 usuários para participar das comissões. **Vaine** informa que o
251 conselho precisa indicar um suplente para o "ILES" e um suplente
252 e um titular para acompanhar o contrato da instituição "ESPAÇO
253 SIBELE PELLOSO". O conselheiro **Fernando Marcucci** questiona como
254 ficou a situação da saída do Espaço Escuta e Instituto Flávia
255 Cristina e a entrada da instituição SINERGIA. **Dr^a Andressa**
256 responde que o Espaço Escuta pediu o cancelamento do contrato,
257 mas acabaram voltando atrás, agora a gestão está pedindo que
258 eles abram novas vagas para que a fila volte a rodar, aí toda a
259 oferta do SINERGIA foi aberta para a população em geral que está
260 aguardando em fila. Em relação ao Instituto Flávia Cristina, ele
261 continua atendendo a parte de DITGD e pediu apenas para deixar de
262 atender a fisioterapia, mas neste ínterim duas entidades
263 entraram e supriram a oferta anterior e ainda aumentaram as
264 vagas: ESPAÇO SIBELE PELLOSO e INSTITUTO JANAÍNA HERRERA. O
265 conselheiro **Edvaldo Viana** diz que é o representante do CMS na
266 avaliação do Espaço Escuta, houve um problema e eles queriam
267 finalizar o convênio com a PML devido a questão do preço, então
268 gostaria de saber qual motivo eles usaram para continuar com o
269 serviço. **Dr^a Andressa** responde que quando a instituição



270 apresentou a denúncia do contrato foi por uma questão de preço,
271 para retirar a denúncia eles não apresentaram justificativa,
272 mesmo não tendo sido feito aporte financeiro eles repensaram e
273 resolveram continuar com o contrato nos mesmos moldes. O
274 conselheiro **Edvaldo Viana** questiona se a nova instituição presta
275 o mesmo serviço que o Espaço Escuta. Dr^a Andressa responde que
276 houve aumento da oferta, o prestador SINERGIA entrou dentro do
277 chamado da DITGD, então ele oferta a mesma coisa que as outras
278 instituições voltadas ao atendimento da DITGD. O conselheiro
279 **Edvaldo Viana** pede que SMS encaminhe para o conselho qual foi o
280 aumento de demanda e o que cada prestador está atendendo. A
281 conselheira **Nadya Pelizzari** diz que é importante a gestão
282 demonstrar qual é a demanda, pois muitas vezes há dúvida, por
283 exemplo, em relação a médico neurologista, se tem, se é
284 obrigatório ter em todas as entidades, quando se fala de
285 fisioterapeuta, a criança com transtorno global de
286 desenvolvimento muitas vezes precisa de fisioterapia ou terapia
287 ocupacional, então seria muito importante saber quais são as
288 instituições, o que cada uma atende e o valor de cada convênio.
289 Dr^a Andressa responde que o contrato de prestação de serviços é
290 regido por portarias ministeriais, então tudo que está dentro
291 das portarias relacionado a DITGD é o que o contrato cobra dos
292 prestadores, sendo que todos eles foram contratualizados para
293 atender DITGD, isso significa desde o déficit intelectual até
294 autismo, então os prestadores seguem o que está definido em
295 portaria, inclusive em relação ao número de profissionais,
296 número de consultas, tipo de profissional para cada projeto
297 terapêutico singular, pois é feito um projeto terapêutico para
298 cada paciente, sendo ainda que o contrato é público e é possível
299 ver o que cada instituição oferta, algumas instituições tem o
300 neuropediatra, na portaria não existe a obrigatoriedade de ter
301 um neuropediatra, pode ser um psiquiatra, o MS deixa aberto para
302 cada instituição, e aí, dentre estas instituições, algumas como
303 a PSDOWN, por exemplo, tem o foco no down, mas nada impede que
304 ela atenda paciente autista, já que quando foram credenciados
305 eles sabiam que era para atender tudo que está dentro da linha
306 da cuidado da DITGD. Na sequência o conselho passa ao ponto de
307 pauta "Sugestões De Data Para a 15^a Conferência Municipal De
308 Saúde De Londrina". Após debate, o conselho aprova a realização
309 da 15^a Conferência Municipal De Saúde nos dias 10 e 11 de março
310 de 2023, em local a ser definido posteriormente entre UNIFIL e
311 UNICESUMAR. Seguindo com os trabalhos, o CMS passa a discutir o
312 ponto de pauta "Demandas De Conselheiros/Comissões". A
313 conselheira **Vaine Pizolotto** diz que a primeira demanda é uma
314 sugestão da conselheira Nadya para uma moção de apoio do CMS ao



315 piso de enfermagem. A conselheira Nadya Pelizzari faz a leitura
316 de texto do CRP para apoio ao piso de enfermagem: "Sem a
317 enfermagem, não há cuidado em saúde, o CRP apoia o piso salarial
318 negado pelo ministro Barroso aos profissionais de enfermagem,
319 por entender que estes trabalhadores são essenciais na
320 continuidade do cuidado a população, desde a prevenção até a
321 reabilitação, tanto no setor público quanto no setor privado.
322 Esta categoria teve destaque na pandemia por sustentar o cuidado
323 a inúmeros brasileiros, entretanto, essa valorização pós
324 pandemia precisa continuar, pois são estes profissionais os
325 responsáveis pelo cuidado em saúde de diversos grupos
326 populacionais da comunidade de forma geral, ao enfermeiro,
327 auxiliar e técnico de enfermagem, cabe o cuidado intensivo aos
328 pacientes graves na UTI, desde a medicação até procedimentos
329 invasivos, o que denota o tamanho da responsabilidade com a vida
330 do próximo, exigindo perícia técnica, prudência, precisão e
331 sobretudo empatia, a toda hora e o tempo todo. Ao enfermeiro é
332 exigido a responsabilidade sanitária de todo um território, como
333 no caso daqueles que gerenciam as unidades básicas de saúde da
334 família, quando um recém-nascido vem a óbito, por exemplo, este
335 profissional pode ser responsabilizado por ser atributo do mesmo
336 junto a equipe e os usuários o acompanhamento pré-natal,
337 puerpério e puericultura. Além da sobrecarga de trabalho, por
338 conta da própria natureza do cuidado, muitos trabalhadores da
339 enfermagem acumulam 2 ou 3 turnos para compensar os baixos a
340 salários, se sobrecarregam porque nem sempre os hospitais
341 respeitam o limite de pacientes por enfermeiro e técnico de
342 enfermagem, e para piorar ainda não foi sancionada as tão
343 sonhadas 30 horas semanais, o que demonstra o descaso com a
344 classe que não é de hoje. Essa sobrecarga emocional e física
345 advinda também destas longas jornadas de trabalho, corroboram
346 para o adoecimento destes profissionais e por consequência na
347 qualidade da assistência prestada aos usuários da saúde. Desta
348 forma, reiteramos que esse atropelo do ministro Barroso, de um
349 tema que foi exaustivamente debatido na câmara de deputados e
350 senado, demonstra o descompromisso com a saúde e toda sociedade
351 brasileira, o argumento utilizado para essa medida foi de que
352 haveria um desmonte na saúde, entretanto, não garantir a
353 dignidade destes trabalhadores é o que vem desmontando ao longo
354 dos anos uma saúde de qualidade. Não se questionou o auxílio
355 para um tanto de categorias profissionais pelo presidente da
356 república ou mesmo o próprio reajuste salarial do STF, dado por
357 eles mesmo recentemente, mesmo com todos os privilégios que o
358 judiciário dispõe. Finalizamos que estes valorosos profissionais
359 não vivem só de aplausos e flores, precisam de valorização, a



360 *vida não pode estar acima do lucro*". O conselheiro **Lincoln Ramos**
361 coloca que o argumento utilizado no STF, o qual considera um
362 absurdo, é que as pequenas prefeituras não conseguiriam pagar
363 o piso salarial, o que é uma mentira, um absurdo este tipo de
364 argumento, principalmente porque se você for olhar no site
365 auditoria da dívida, especializado em destrinchar o orçamento da
366 união , nos últimos 10 anos o orçamento do Brasil tem destinado
367 de 45 a 50% para pagamento de dívidas , ou seja, para o mercado
368 financeiro , dívida essa que a auditoria cidadã defende e prova
369 com números que foi paga, então na verdade é um dinheiro que
370 está sendo roubado, agora, mais uma vez, por conta da eleição,
371 o atual presidente está retirando dinheiro de todos os lugares,
372 inclusive da saúde e da educação, para investir em campanha
373 eleitoral , isso é um absurdo, por isso sua federação fez a
374 denúncia em Brasília e fez a denúncia no CNS. Lincoln finaliza
375 dizendo que apoia totalmente a moção proposta e que seu argumento
376 seja incluído no documento. A conselheira **Vaine Pizolotto** sugere
377 que a conselheira Nadya converse com o Lincoln para formulação
378 do documento e depois encaminhe a proposta de moção para a
379 secretaria do CMS para as devidas providências. Seguindo com o
380 item "Demanda De Conselheiros/Comissões" , o conselheiro **Edvaldo**
381 **Viana** diz que ficou muito aborrecido, pois a reunião retrasada
382 não aconteceu por falta de quórum, na ocasião foi feito apenas
383 uma conversa , e uma das coisas mais discutidas foi sobre as
384 entidades de fachada que estão no conselho, onde há dois anos o
385 titular e suplente não comparecem nas reuniões, sendo que estas
386 pessoas usam o conselho para se manter no CES e no CNS, e que
387 fique claro que não está mentindo, se alguém quiser provas pode
388 trazer na próxima reunião. Viana afirma que tem um compromisso
389 de estar nas reuniões e defender os usuários, assim com sua
390 suplente, então não vai aceitar pessoas usando o conselho de
391 fachada apenas para se manter no CES e que no dia da reunião
392 avisam que não vão poder participar e a sua suplente também não
393 , isso é inadmissível, portanto, solicita que na próxima reunião
394 seja apresentado todas as faltas de todas as entidades, para que
395 o conselho tome um posicionamento , não vai mais aceitar que
396 alguns conselheiros participem de várias comissões e outros não
397 participem de uma comissão sequer, nem das reuniões do há mais
398 de dois anos, logo, não vai aceitar que essas entidades
399 participem da próxima conferência, é preciso fazer um novo
400 estatuto ou regimento para impedir que pessoas sem caráter ganhem
401 a vaga e depois não participem, prejudicando assim o trabalho do
402 conselho. O conselheiro **Lincoln Ramos E Silva** afirma concordar
403 com a fala do conselheiro Viana, mas é preciso se atentar que o
404 conselho tem regramentos que precisam ser respeitados, houve um



405 problema muito sério que foi a pandemia, isso tem de ser
406 considerado, se for contar o período da pandemia o conselho vai
407 perder metades das entidades , pois todas as entidades tiveram
408 dificuldade na pandemia , então é preciso certo cuidado ao
409 analisar essa questão do antes, durante e pós-pandemia, então o
410 certo é pegar os últimos 4 anos. Lincoln diz ainda que pelo
411 regramento do conselho, por mais que o desejo é que todos
412 participem, há situações que justificam a ausência , sendo que
413 não cabe ao conselho questionar as justificativas, pois a lei do
414 conselho permite isso, então uma das formas de melhorar a questão
415 é cobrar lá na conferência, pois é quando as entidades aparecem
416 com 10 pessoas e pelo regramento elas podem ser votadas, mas é
417 preciso cuidado para não colocar todo mundo na mesma situação,
418 algumas entidades do conselho realmente não deveriam mais
419 participar, mas outras tiveram dificuldades e justificaram de
420 acordo com o regramento do CMS. A conselheira **Vaine Pizolotto**
421 propõe o seguinte encaminhamento: que a secretaria do CMS faça
422 um levantamento das presenças, ausências, ausências
423 justificadas, no período dos últimos quatro anos, para
424 apresentação na reunião de outubro ou na de novembro. Dando
425 sequência as demandas, o conselheiro **Edvaldo Viana** questiona se
426 a executiva teve alguma devolutiva sobre o seu pedido na reunião
427 passado a respeito do relatório dos carros comprados para a DVS:
428 modelo, numero de veículos, seguro, destinação dos veículos e
429 destinação dos antigos veículos. A conselheira **Vaine Pizolotto**
430 responde que a executiva encaminhou ofício para a SMS sobre o
431 assunto e ainda não houve retorno, caso necessário vai ser
432 agendado ponto de pauta assim que houver resposta. O conselheiro
433 **Edvaldo Viana** questiona que não foi isso o combinado e sim que
434 haveria uma pessoa nesta reunião para fazer este esclarecimento.
435 O diretor **Patrick** (DLMS) esclarece que são sete Renault Kwid, já
436 estão plotados e aguardando entrega pelo secretário e prefeito,
437 com relação a destinação, já encaminhou para a Fernanda e ela
438 está vendo a divisão interna dentro da DVS. O conselheiro **Lincoln**
439 **Ramos** destaca que os carros não são para a vigilância sanitária
440 e sim para a vigilância em saúde, a qual compreende 4
441 vigilâncias: sanitária, epidemiológica, saúde do trabalhador e
442 ambiental. Lincoln diz que sua solicitação foi para que
443 distribuição dos veículos fosse feita de forma equânime entre as
444 4 vigilâncias, se foi da forma que ficou sabendo ela foi sim
445 satisfatória, sendo que em outros momentos não foi feito de forma
446 equânime, por isso que foi pedido que a gestão fizesse a resposta
447 por escrito, algo que a executiva solicitou, então resta agora
448 aguardar a resposta por escrito. Seguindo os trabalhos o conselho
449 passa ao ponto de pauta "Cronograma Das Comissões do CMS". A



450 conselheira **Vaine Pizolotto** abre oportunidade para manifestação
451 de comissões. A conselheira **Joelma Carvalho** informa que a
452 Comissão De Educação Permanente se reuniu e definiu o cronograma
453 de reuniões sempre online na segunda terça feira de cada mês, as
454 09h00 da manhã, exceto em janeiro que é o mês de recesso do CMS.
455 O conselheiro **Geraldo Júnior** (HZS) informa que a Comissão de
456 Saúde Mental definiu a primeira quinta feira de cada mês, as
457 13h30, de modo presencial na sala de reuniões do CMS. O
458 conselheiro Fernando Marcucci informa que a ComuniAids está se
459 reunindo na primeira quinta-feira do mês, as 08h30, na sala de
460 reuniões do CMS. O conselheiro Lincoln Ramos diz que a Comissão
461 De Orçamentos E Finanças tem se reunido uma terça feira por mês
462 de acordo com a disponibilidade dos membros da comissão. A
463 conselheira Vaine Pizolotto solicita que as demais comissões
464 apresentem o cronograma na próxima reunião do CMS. Na sequência
465 o conselho passa a discutir o ponto de pauta "Substituição de
466 Conselheiros". Vaine apresenta ao CMS os conselheiros Jonatas e
467 José Lino, novos representantes da UGT. Vaine informa que a
468 senhora Rubia é a nova representante titular da AEBEL e o senhor
469 Henrique é o novo suplente. Vaine informa que a conselheira Neide
470 Ferreira é a nova conselheira da UNIMOL. A conselheira Vaine
471 Pizolotto informa que a conselheira Argeria é a nova
472 representante da CRESS. Seguindo os trabalhos o conselho passa
473 ao ponto de pauta "Informes". O conselheiro Edvaldo Viana
474 questiona como está a questão da agenda da avaliação de contrato
475 do CISMEPAR. Dr^a Andressa responde que a avaliação está marcada
476 a princípio para janeiro, pois o Cismepar não tem data para
477 novembro, que seria o mês ideal. O conselheiro Lincoln Ramos
478 informa que foi publicado esta semana o decreto 992/22, que
479 regulamenta os procedimentos de fiscalização multidisciplinar em
480 imóveis abandonados e dá outras providências. A conselheira
481 Joelma Carvalho informa que a conferência estadual de saúde
482 mental ira ocorrer nos dias 25e 26 de outubro em Curitiba. O
483 conselheiro Edvaldo Viana questiona sobre as vagas remanescentes
484 para o a conferência. A conselheira Joelma Carvalho responde que
485 isso é o CES que define e não a 17^a RS. Não havendo mais
486 questionamentos a reunião é encerrada. Esta ata foi digitada
487 pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva e revisada pela
488 secretária Sandra Bavia.

Suplente	Carlos Felipe Marcondes Machado	justificou
Titular	Rosilene Machado	presente



Suplente	Maria Lúcia da Silva Lopes	justificou
Titular	Joelma Aparecida de Carvalho	presente
Titular	Marco Antônio Modesto	Presente
Suplente	Mário Sérgio Gazolli	Presente
Titular	Lincoln Ramos e Silva	Presente
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	Ausente
Titular	Ligia Mara da Silva do Amaral	Presente
Suplente	Sandra Maria da Silva Matos	Ausente
Titular	Ester Massae Okamoto Dalla Costa	Justificou
Suplente	Joice Mara Cruciol e Souza	Justificou
Titular	João Batista Martins	Ausente
Suplente	Nadya Christina Silveira Pellizari	Presente
Titular	Fernando César Marcucci	Presente
Suplente	Flávia Gonçalves	Ausente
Titular	Ana Paula Gracindo	ausente
Suplente	Argeria Serráglio Narciso	presente
Titular	Edmilson Garcia	Justificou
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	Presente
Titular	Rubia Gomes De Souza Santos	presente
Suplente	Sem indicação	ausente
Titular	Fahd Haddad	Justificou
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	Presente
Titular	Rita Domansky	Justificou
Suplente	Vivian Biazon El Reda Feijó	Justificou
Titular	Reilly Aranda Lopes	Ausente



Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	Presente
Titular	Edvaldo Vianna	Presente
Suplente	Amélia do Nascimento Magrinelli	Ausente
Titular	Michelli Cobayashi	Ausente
Suplente	Livaldo Bento	Justificou
Titular	Vaine Teresinha P Marques	Presente
Suplente	Teresa Moreschi	Presente
Titular	Adriana Fernandes M. Sanches	Presente
Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	Justificou
Titular	Sem indicação	Ausente
Suplente	Ailton de Souza	Ausente
Titular	Wagner Aguiar de Almeida	Presente
Suplente	sem indicação	Ausente
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	Presente
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	Ausente
Titular	Jonathan dias De Moura	presente
Suplente	José Lino	presente
Titular	Eunice Tieko Myamoto	Ausente
Suplente	Carlos Choji Kotinda	ausente
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	Ausente
Suplente	Regina Ferreira de Souza	Ausente
Titular	Jurandir Pinto Rosa	Presente
Suplente	Jair Rodrigues Pereira	Presente
Titular	Ângelo Barreiros	justificou
Suplente	Neide Aparecida Ferreira	Presente
Titular	Juvira Barbosa Cordeiro	Ausente



Suplente	Maria José Barbosa	Ausente
Titular	Sem indicação	
Suplente	Alexandre Montezin	ausente

489